

Brasil vai doar alimentos a países em dificuldades

O plenário aprovou ontem projeto que autoriza o Executivo a doar aos governos de Angola, Moçambique, Namíbia e Cuba 20 mil toneladas de alimentos para cada um. É um gesto de solidariedade para diminuir as dificuldades de abastecimento daqueles países.

A proposta de doação foi apresentada pelo governo há mais de um ano e não incluía Cuba, o que foi feito pelos deputados e senadores. Conforme o senador José Eduardo Vieira (PTB-PR), relator do projeto na Comissão de Assuntos Econômicos, a doação não afetará os estoques reguladores do governo. Romeu Tuma (PFL-SP), relator do projeto na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, destacou que as despesas com o transporte dos alimentos ficarão por conta dos países a serem beneficiados.

Na mesma sessão, o plenário decidiu enviar para novo exame da Comissão de Assuntos Econômicos projeto de lei do senador João França (PMDB-RR) que concede perdão a créditos tributários de pequeno valor.

Requião propõe garantias a quem compra software

O senador Roberto Requião apresentou ontem à Comissão de Educação do Senado parecer favorável a projeto da Câmara que protege a propriedade intelectual de programas de computador. Ele propôs em seu relatório, no entanto, 37 emendas com o objetivo de conceder garantias não só ao titular do direito, mas também aos consumidores.

Página 2



A sessão plenária de ontem do Senado Federal registrou intensa participação dos senadores

Senadores cobram medidas em favor do meio ambiente

Poucos progressos desde a Rio-92 são a tônica no dia mundial celebrado ontem

Vários senadores lembraram ontem o não cumprimento pelo Brasil de propostas aceitas na Rio-92, marcando o Dia Mundial do Meio Ambiente com queixas e reclamações. Flaviano Melo disse que até hoje não foi constituído o Conselho

do Desenvolvimento Sustentável. Marina Silva se queixou do "arrefecimento" das autoridades nas questões ambientais. E Coutinho Jorge sugeriu que sejam definidas novas metas para a luta preservacionista, em termos mundiais. Página 5

Liquidação de órgão público terá prazo

Página 8

Mauro: Brasil está mais "municipal"

Página 3

NESTA EDIÇÃO

1 Pitta e Maluf deporão na CPI

O prefeito de São Paulo, Celso Pitta, vai depor na CPI dos Precatórios na próxima terça-feira. Na quarta-feira será a vez de Maluf. Página 3

2 CFC agilizará trabalhos

A Comissão de Fiscalização e Controle acolheu propostas de seu presidente, João Rocha, para agilizar os trabalhos. Página 8

3 Postos de saúde recebem vacinas

O senador Lúcio Alcântara informou que a distribuição de vacinas aos postos públicos de saúde foi normalizada pelo governo. Página 7

Relator muda projeto de proteção a software

Na Comissão de Educação, Roberto Requião propõe 37 emendas à proposta da Câmara, por considerar que texto só leva em conta garantias ao titular do direito e ignora consumidor

O presidente da Comissão de Educação, senador Artur da Távola (PSDB-RJ), convocou reunião para a próxima quinta-feira (dia 12) para a discussão do projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador e sobre a comercialização de software no país. Na reunião de ontem, o relator da matéria, senador Roberto Requião (PMDB-PR), leu seu relatório favorável ao projeto e justificou as 37 emendas que apresentou ao texto votado pelos deputados.

No relatório, Requião afirma que o projeto de lei, tal como veio da Câmara, mantém a adoção de mecanismos jurídicos que não são exatamente adequados à finalidade, por

meio da importação de fórmulas de outros campos do direito autoral, tratando o programa de computador como obra literária. Além disso, segundo o senador, a proposição proporciona uma proteção extremamente forte ao titular do direito e ignora por completo as garantias do consumidor de programas de computador. Requião acrescentou que o projeto tem por objetivo adequar a legislação nacional às exigências externas:

- Esta posição desequilibra de fato em favor do produtor do programa não é adequada aos

interesses do Brasil. Uma legislação que contemple isonomicamente tanto os direitos do autor como as garantias do comprador, e também as necessidades do desenvolvimento nacional, parece ser o caminho mais conveniente. Portanto, tendo em vista essa avaliação, nosso relatório caminha em sentido contrário e busca escoriar do texto do projeto todas aquelas fórmulas injustas que apenas reproduzem as cláusulas de uma disciplina que se pretende internacional para a matéria, sem a devida adequação aos interesses na-

cionais - justificou Requião.

O projeto, com as emendas de Requião, tem 19 artigos em cinco capítulos: "Disposições preliminares", "Da proteção aos direitos de autor e do registro", "Das garantias aos usuários de programa de computador", "Dos contratos de licença de uso, de comercialização e de transferência de tecnologia" e "Das infrações e das penalidades".

Requião informou que o trabalho lhe consumiu "três meses em estudos e contatos com empresas nacionais, com a inteligência brasileira e com empresas multinacionais e internacionais". Após a leitura, o senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) informou que pedirá destaque, para votação em separado, de 20 das 37 emendas.



Artur da Távola

Agenda do Dia

PLENÁRIO

9h - Sessão Não Deliberativa do Senado

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Segunda-feira (09.06.97)

14h30 - Sessão Não Deliberativa do Senado

Terça-feira (10.06.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: No tempo destinado à Hora do Expediente será prestada homenagem ao quarto centenário do beato José de Anchieta. **Orador inscrito:** senador José Ignácio Ferreira. Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *Projeto de Resolução nº 115/95, que dispõe sobre a alienação de bens que integram o patrimônio do Senado Federal; *Projeto de Resolução nº 69/97, que eleva para US\$ 10 bilhões o valor a que se referem os arts. 1º e 2º, "a", da Resolução nº 57/95, do Senado Federal; *Projeto de Resolução nº 70/97, que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a US\$ 12,6 milhões junto a um consórcio bancário liderado pelo Banque Paribas.

Quarta-feira (11.06.97)

15h - Comparecimento de ministro de Estado

Pauta: Comparecimento do ministro da Fazenda, Pedro Malan, para prestar esclarecimentos a respeito das negociações entre o Banco Bamerindus S.A. e o Banco Hong-kong and Shanghai Banking Corporation.

Interpelantes inscritos: senadores Eduardo Suplicy, Lauro Campos, Bernardo Cabral e Ademir Andrade.

Quinta-feira (12.06.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: No tempo destinado à Hora do Expediente será prestada homenagem aos 175 anos da Maçonaria no Brasil. **Oradores inscritos:** senadores Esperidião Amin e Valmir Campelo. Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *Projeto de Decreto Legislativo nº 13/97, que aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, em Matéria de Sanidade Agropecuária, celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo da República do Chile,

em Brasília, em 25.03.96; *Projeto de Decreto Legislativo nº 21/97, que aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos, celebrado entre o Brasil e a Nova Zelândia, em Brasília, em 18.06.96; e *Projeto de Decreto Legislativo nº 25/97, que aprova o texto da Convenção Internacional de Combate à Desertificação nos Países Afetados por Desertificação e/ou Seca, assinada pelo governo brasileiro, em Paris, em 15.10.94.

Sexta-feira (13.06.97)

9h - Sessão Não Deliberativa do Senado

COMISSÕES

Terça-feira (10.06.97)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 212/95 (terminativo), que dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal às pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 anos; *PLS nº 46/96 - Complementar (não terminativo), que autoriza o Banco Central do Brasil a vender parte das reservas internacionais e os bancos brasileiros a realizarem empréstimos em moeda estrangeira; *PLS nº 30/96 (terminativo), que dispõe sobre a aplicação das reservas cambiais; *PLS nº 122/96 (terminativo), que dispõe sobre a compensação do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural pago em excesso, com impostos federais; *PLS nº 153/96 (terminativo), que acrescenta incisos ao art. 19 da Lei nº 8.629/93, que incluem ex-proprietários de áreas alienadas para fins de pagamentos de débitos originados de operações de crédito rural na ordem preferencial de distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária; *PLS nº 195/96 (terminativo), que dispõe sobre alterações de alíquotas do imposto de importação; e *Ofício S nº 40/97 (não terminativo), que encaminha solicitação do governo do estado do Espírito Santo, sobre o refinanciamento da Dívida Mobiliária do estado, as operações da ARO e os empréstimos contraídos junto à Caixa Econômica Federal, inclusive os concedidos com amparo nos Votos CMN nº 162 e 175/95, 122/96, 1 e 9/97 e suas alterações, na conformidade do Protocolo de Acordo firmado com o governo federal, dentro do Programa de Apoio à Reestruturação e Ajuste Fiscal dos Estados. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

16h - Comissão Temporária de Políticas para o Desenvolvimento do Nordeste

Pauta: Exposição do ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

CPI dos Precatórios colhe depoimentos até o dia 27

Governadores, prefeito e ex-prefeitos figuram na agenda divulgada ontem e que terá três convocados semana que vem. Celso Pitta e Paulo Maluf serão ouvidos terça e quarta-feira

Relator da CPI dos Precatórios, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) fixou ontem o cronograma para os próximos depoimentos de autoridades que, entre 1995 e 1996, emitiram letras para pagar débitos judiciais. Divulgada a primeira parte do relatório resultante das investigações, a CPI começou a ouvir a defesa dos implicados. O primeiro foi o governador de Alagoas, Divaldo Suruagy, que se apresentou quarta-feira.

Na próxima terça-feira (dia 10), deporá o ex-secretário de Finanças e atual prefeito de São Paulo, Celso Pitta; no dia 11 se



Roberto Requião

apresentará o ex-prefeito Paulo Maluf; no dia 12, Vicente Papotto, ex-prefeito de Guarulhos; no dia 18, Edivaldo Orsi, ex-prefeito de Campinas; no dia

19, Celso Giglio, ex-prefeito de Osasco; no dia 24, Miguel Arraes, governador de Pernambuco; no dia 26, Mário Covas, governador de São Paulo; e no dia 27, Paulo Afonso, governador de Santa Catarina.

Embora tenha recebido autorização do Senado, mas não tenha emitido os títulos, Darcy Accorci, ex-prefeito de Goiânia, se apresentará no dia 25 de junho, para contar sua experiência. O governador do Rio Grande do Sul, Antonio Britto, que emitiu dentro da lei, também se apresentará no dia 17 de junho, para contar como fez.

Quando se encerrarem todos os depoimentos, Requião pretende se concentrar sobre a segunda parte do relatório, analisando a negociação dos títulos no mercado financeiro. O senador sustenta que nesse momento se forjou uma cadeia de compra e venda de papéis, por ele chamada de "ciranda da alegria".

Quando Roberto Requião concluir o relatório, ele será enviado ao Ministério Público e às assembleias legislativas, como *notitia criminis*, para que os implicados sejam denunciados na Justiça.

Amin quer estação aduaneira em Joaçaba

A implantação de uma estação aduaneira no município de Joaçaba, em Santa Catarina, foi pedida pelo senador Esperidião Amin (PPB-SC) ao secretário da Receita Federal, Everardo Maciel. A iniciativa, segundo Amin, é oportuna devido à grande produção alcançada pela região, em virtude da dinamização da economia brasileira.

O senador disse que o complexo agroindustrial e o setor de comércio de Joaçaba têm o suporte de uma Delegacia da Receita Federal, do DNER e de uma Vara da Justiça Federal. Além disso, o município é sede da Associação Comercial e Industrial do Oeste Catarinense, que pode expedir certificados de procedência para os produtos destinados à exportação, informou.

Esperidião Amin destacou a localização geográfica de Joaçaba, ponto de ligação entre o leste e o extremo oeste catarinense e o litoral do estado.



Amin

Mauro chama a atenção para a predominância do municipalismo

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) afirmou que, ao lado de importantes setores governamentais que estão reorientando as políticas públicas num sentido municipalista, o país também está assistindo a intenso movimento de realocação dos grandes investimentos. Para ele, o Brasil "está ficando mais municipal e menos federal, fato tão saudável quanto irreversível".

No âmbito do governo, o senador salientou, como evidências do processo de interiorização, a nomeação dos ministros dos Transportes e da Justiça, Eliseu Padilha e Iris Rezende, ambos municipalistas. Além destes, Mauro Miranda disse que o compromisso de fortalecimento dos municípios é também assumido pelos ministros da Agricultura, da Saúde e da Educação, respectivamente, Arlindo Porto, Carlos Albuquerque e Paulo Renato. Todos respondem afirmativamente, a seu ver, à orientação presidencial de enfatizar um forte entrosamento entre União, estados e municípios.

Quando à nova direção dos investimentos privados, Mauro Miranda afirmou que o país deve ao presidente da

República "a decisão histórica de criar incentivos fiscais para a instalação de novas montadoras no interior". Na opinião do senador, com essa decisão, o domínio hegemônico do Centro-Sul na formação do PIB nacional foi quebrado.



Mauro Miranda

Quando à nova direção dos investimentos privados, Mauro Miranda afirmou que o país deve ao presidente da

Jungmann pede rapidez na reforma

O presidente Antonio Carlos Magalhães recebeu ontem, às 17h30, o ministro extraordinário de Política Fundiária, Raul Jungmann, que veio solicitar mais rapidez na apreciação de projetos que possam agilizar a reforma agrária.



Jungmann (E) com Antonio Carlos e o senador Carlos Wilson

PLENÁRIO

ACM diz que Simon não zela pela imagem do Senado

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, ocupou ontem a tribuna para dizer que, em entrevista concedida ao humorista Jô Soares, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) ofendeu a instituição a que serve, quando seu dever era defendê-la. Ele classificou o comportamento de Simon como uma atitude "antiética, deseducada e desleal".

Antonio Carlos afirmou: "Ele (Pedro Simon) falou de mim, mas falou mais, falou desta Casa. Ele, que estando aqui há mais tempo, tinha a obrigação de zelar tanto por ela, mas não zela. Disse de Vossas Excelências e da instituição que ela não tem autonomia, que seus correligionários também fazem tudo o

que o presidente da República manda, e que o Senado não tem personalidade".

Sobre o referendo a respeito da reeleição, iniciativa que Pedro Simon acha que Fernando Henrique Cardoso deveria propor ao Congresso, Antonio Carlos Magalhães disse que a idéia é legalmente impraticável.

O presidente do Senado recebeu a solidariedade do senador Hugo Napoleão (PFL-PI) e também foi apertado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que sustentou "não ser fácil para as oposições enfrentar a forte maioria que o Palácio do Planalto comanda no Senado". Antonio Carlos respondeu que "em qualquer Parlamento do mundo maioria é maioria".



Antonio Carlos



Elcio Alvares

Elcio interpreta discurso como defesa da instituição

O líder do governo no Senado, Elcio Alvares (PFL-ES), apoiou o discurso feito pelo senador Antonio Carlos Magalhães. Ele disse que Antonio Carlos, como presidente da Casa, cumpriu o dever de defendê-la, pois, a seu ver, "a imagem do Senado não pode ser arranhada".

Elcio Alvares entende que "não se pode permitir a nenhum

senador, por mais admiração que se tenha por ele, como é o caso do senador Pedro Simon, colocar o Senado em posição que não seja de respeito e admiração por parte do povo brasileiro".

Na opinião de Elcio Alvares, Antonio Carlos interpretou o pensamento de vários senadores "que se preocupam com o conceito do Senado".

Simon: "Tenho 40 anos de luta pela democracia"

Ao responder Antonio Carlos Magalhães, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) contestou que tivesse o objetivo de atingir o Senado em sua entrevista a Jô Soares. "Tenho 40 anos de luta pela democracia, pelo Legislativo. Quantas vezes bati no Congresso? E eu é que vou para o banco dos réus?"

Pedro Simon sustentou, como dissera no programa de Jô Soares, que cinco pessoas do PFL estão "fazendo a cabeça do presidente Fernando Henrique" - Antonio Carlos Magalhães, Luís Eduardo Magalhães, Inocêncio Oliveira, Jorge Bornhausen e Marco Maciel. "Quanto tempo faz que o presidente não fala sobre política nacional com o governador Mário Covas, com Eucli-



Pedro Simon

des Scalco, com Pimenta da Veiga? O PFL deveria ser o partido aliado. Mas entre ser aliado e dar a linha norte existe diferença."

Em aparte, o senador Jader Barbalho (PA) manifestou a Simon a solidariedade da liderança do PMDB e afirmou que, na entrevista, o senador não foi descolado com o presidente do Senado. José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do

Bloco Oposição, observou que Simon não fez críticas ao Senado, "mas apenas constatações", na entrevista a Jô Soares. O senador Sérgio Machado (CE), líder do PSDB, lamentou que Simon desconsiderasse os 14 senadores do partido ao dizer "que o PSDB não existe".

Dutra: oposição não admite ser repreendida

Ao comentar afirmação de Elcio Alvares de que a oposição merece ser repreendida, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) afirmou ontem "que os senadores que fazem oposição ao governo não contestam o direito da maioria". Segundo o parlamentar, que é líder do Bloco Oposição, democracia também é respeito à minoria, mas não em for-



Dutra

ma de repreensão. Quanto à sugestão de que a oposição deveria apresentar

projetos para debate, feita pelo senador Sérgio Machado (PSDB-CE), o líder da oposição disse que propostas nesse sentido têm sido apresentadas e não são debatidas.

Dutra solidarizou-se com Pedro Simon pelos "ataques pessoais" que ele teria sofrido.

Momento é de união, conclama Sérgio Machado

"O momento é de união, de construir um Brasil cada vez melhor, e o grande desafio é promover as transformações de que a nação necessita", afirmou ontem o senador Sérgio Machado (PSDB-CE). Segundo ele, a aliança do PSDB com os

demais partidos da base de sustentação do governo foi feita no sentido de aprovar as reformas estruturais de que o país precisa.

- A essência da democracia é a vontade da maioria que traba-



Sérgio Machado

lha em busca da vitória. E essa vitória não é dos partidos que apóiam o governo, mas, acima de tudo, do povo brasileiro - afirmou o líder do PSDB.

A seu ver, a oposição, que critica a ali-

ança, também deveria apresentar projetos para debate.

Em aparte, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) disse estar convencido de que, "embora a democracia seja um direito da maioria, não significa que no país ela esteja concretizada".

MEIO AMBIENTE

O Dia Mundial do Meio Ambiente foi o grande destaque do dia no Senado, com a manifestação de diversos senadores. A maioria, como Marina Silva, reclamou da falta de resultados concretos depois da Rio-92. Coutinho Jorge advertiu sobre

a necessidade de se traçarem novas metas e políticas mundiais, tendo em vista o crescente desemprego em todas as nações. E Lúcio Alcântara pediu a substituição da energia hidrelétrica pela eólica, como se faz no Ceará

Coutinho Jorge saúda a nova consciência ecológica

Senador diz que brasileiros estão mais atentos à questão ambiental depois do encontro internacional realizado no Rio de Janeiro em 92

O senador Coutinho Jorge (PSDB-PA) disse ontem, Dia Mundial do Meio Ambiente, que o Brasil obteve alguns avanços em relação às propostas apresentadas durante a Rio-92. Na sua avaliação, "a consciência ecológica que a sociedade brasileira passou a ter foi a maior conquista para o setor".

Coutinho Jorge lembrou que, no período de 23 a 27 de junho, a ONU realizará, em Nova York, uma sessão especial dedicada à avaliação global dos acordos internacionais assinados durante a Rio-92. O senador informou que o presidente Fernando Henrique Cardoso participará da abertura dos trabalhos.

A propósito, Coutinho Jorge disse que espera, a



Coutinho Jorge

partir dessa reunião de Nova York, uma redefinição das metas e políticas em âmbito mundial frente à nova realidade, em que o desemprego é uma das maiores preocupações em todas as nações.

Na opinião do senador, é preciso verificar o que foi e o que não foi realizado entre as propostas apresentadas durante a conferência de 92, no Rio de Janeiro, e ten-

tar, "de forma racional e realista, sem utopia ou ufanismo, reavaliar as propostas e programar para o próximo quinquênio metas globais dentro do que foi sugerido no encontro anterior, no Brasil".

Em aparte, o senador Valmir Campelo (PTB-DF) apoiou o discurso de Coutinho Jorge, assinalando que alguns avanços conseguidos pelo Brasil nessa área ambiental foram realizados durante a administração de Coutinho Jorge no Ministério do Meio Ambiente.

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) também apoiou o discurso de Coutinho Jorge e sugeriu a inclusão, nos currículos escolares, de matérias voltadas para a preservação do meio ambiente.

Flaviano: metas da Rio-92 estão desprezadas

O senador Flaviano Melo (PMDB-AC) disse ontem ser imperdoável que o Brasil não tenha ainda constituído o Conselho de Desenvolvimento Sustentável, compromisso assumido na Rio-92. Por isto, segundo ele, o país ficou constringido ante as delegações de 80 países que vieram ao Fórum Rio+5, em março passado, para avaliar os resultados da conferência.



Flaviano

A seu ver, a solução foi o "jeitinho brasileiro", com a nomeação de uma Câmara de Políticas de Desenvolvimento Sustentável vinculada ao Gabinete Civil da Presidência da República para apresentar no evento os progressos brasileiros na ecologia.

A sua vez, a solução foi o "jeitinho brasileiro", com a nomeação de uma Câmara de Políticas de Desenvolvimento Sustentável vinculada ao Gabinete Civil da Presidência da República para apresentar no evento os progressos brasileiros na ecologia.

Alcântara sugere alternativa às hidrelétricas

Ao abordar o Dia Mundial do Meio Ambiente, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) advertiu que o potencial hidrelétrico do Brasil está esgotado. Ele defendeu o uso da energia eólica, como está sendo implantada no Ceará. Em aparte, o senador Coutinho Jorge afirmou que 90% da energia do país vêm das hidrelétricas e por isto apoiou o uso de energias alternativas, tais como o gás natural e a energia eólica.

Marina reclama mais determinação

A senadora Marina Silva (PT-AC) considerou que a atuação do Congresso Nacional e do Poder Executivo em relação à defesa do meio ambiente tem sido "inferior às necessidades da sociedade brasileira". Segundo ela, o Congresso obteve avanços importantes na Constituinte de 1988, nos capítulos referentes à questão ambiental, mas, depois da Rio-92, ocorreu um "arrefecimento" nas discus-



Marina Silva

sões sobre o tema.

De acordo com Marina, o Congresso, depois da Rio-92, apresentou 6 mil proje-

tos sobre o meio ambiente, sendo 300 deles referentes ao desenvolvimento auto-sustentado e à biodiversidade, "mas apenas cinco destes foram aprovados". Conforme a senadora, o Poder Executivo, no mesmo período, apresentou 13 projetos sobre o assunto, obtendo a aprovação de apenas dois deles. "Apenas um tem caráter significativo: o que trata dos recursos hídricos", acrescentou.

Política holandesa visita o Senado

O presidente Antonio Carlos Magalhães recebeu em audiência a secretária-geral da Internacional Socialista de Mulheres, Marlene Haas, acompanhada de senadoras

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem em audiência a secretária-geral da Internacional Socialista de Mulheres, a holandesa Marlene Haas, que está em visita oficial ao país e foi ciceroneada pela senadora Júnia Marise (PDT-MG), segunda vice-presidente da Casa, em diversos contatos políticos no Congresso Nacional. Antonio Carlos saudou a participação crescente da mulher nas atividades políticas e elogiou a preocupação da organização de Haas com o "diálogo ideológico entre as mais diversas correntes de pensamento político".

De acordo com a senadora Júnia Marise, a secretária-geral da Internacional Socialista está no Brasil para acompanhar e estimular a organização e as atividades políticas das mulheres socialistas. A senadora Emília Fernandes (PTB-RS) também acompanhou a



Marlene Haas (E) e Júnia Marise com o presidente do Senado

visitante e sua comitiva no encontro com o presidente do Senado. Antes da audiência com Antonio Carlos, a senadora Júnia Marise promoveu um encontro de Haas com as senadoras Emília Fernandes e Regina Assumpção (PTB-MG), para uma troca de idéias em torno das bandeiras e conquistas das mulheres na atividade política internacional.

A Internacional Socialista de Mulheres tem sede em Londres e é um organismo credenciado

para consultoria tanto pela ONU quanto pelo Conselho da Europa. Marlene Haas informou que a organização tem, atualmente, 140 partidos filiados, entre agremiações socialistas, trabalhistas e social-democratas, de mais de 100 países. O Brasil participa da Internacional Socialista e também da Internacional Socialista de Mulheres por meio de representantes do PDT. Ao todo, são 42 partidos latino-americanos na organização.



Procurador-geral pede apoio a escola

O procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, visitou ontem o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, quando se colocou à disposição dos senadores por ocasião da apreciação, pela Casa, da mensagem em que o presidente Fernando Henrique Cardoso o reconduz ao cargo.

Brindeiro revelou que aproveitou a oportunidade do encontro para dar conta, a Antonio Carlos, da próxima chegada ao Senado do projeto que cria a Escola Nacional do Ministério Público, em apreciação final pela Câmara dos Deputados. Ele pediu o apoio do presidente na tramitação da matéria.

Raupp faz convite para visitar Rondônia

Acompanhado pelo senador Odacir Soares (PFL-RO), o governador de Rondônia, Waldir Raupp, foi recebido ontem pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. No encontro, o governador convidou Antonio Carlos para visitar Rondônia, se possível no mês que vem, quando estão previstas inaugurações de obras que melhorarão o abastecimento de energia elétrica do estado, segundo o governador.



Odacir (E), Antonio Carlos e Waldir Raupp

Odacir: Ceplac volta a servir aos cacauzeiros

O senador Odacir Soares (PFL-RO) afirmou que a posse do engenheiro Hilton Kruschewsky Duarte na diretoria geral da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) já está rendendo frutos e faz acreditar que o órgão "poderá voltar a ser um bom caminho e o cacau uma boa lavra".

Odacir disse que, em sua primeira viagem a Rondônia, Kruschewsky se fez acompanhar pelos diretores da empresa baiana Joanes, que integra a transnacional S.D.MAN, de capital majoritariamente inglês, cuja atividade é o comércio de cacau, café e açúcar. Da viagem, segundo o senador, resultou a decisão da empresa de se instalar em Ouro Preto do Oeste (RO), inicialmente como compradora e, num futuro próximo, como processadora de cacau.

"Essa simples decisão, de caráter empresarial, trará, por certo, melhores preços para os produtores de cacau" garantiu o senador.

Odacir Soares disse que pediu a Kruschewsky que "lute com todas as suas forças e determinação" para assegurar que a Ceplac continue como um órgão de caráter nacional e evitar que os servidores não estáveis do órgão sejam demitidos. O senador quer ainda que o diretor-geral da Ceplac promova a discussão democrática do Plano Diretor de Reordenamento e Reorientação Institucional da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Price-Ceplac).

Distribuição de vacinas está normalizada, diz Alcântara

Pela primeira vez, o produto que previne a hepatite B fará parte da rotina de vacinação dos postos públicos de saúde, informa o senador

O Ministério da Saúde está normalizando o abastecimento das vacinas tríplice, contra a hepatite B e o sarampo segundo anunciou ontem o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Ele destacou que o governo federal está reformando o sistema de aquisição, distribuição e controle das vacinas para dar segurança ao seu uso.

De acordo com Alcântara, o Ministério da Saúde começou ontem a distribuição de 2,5 milhões de doses da vacina tríplice,



Lúcio Alcântara

aprovadas pelo Instituto Nacional de Controle da Qualidade em Saúde. "Em relação à hepatite B, o ministro da Saúde faz

questão de frisar que, pela primeira vez na história do país, a vacina contra essa doença fará parte da rotina de vacinação dos postos públicos de saúde", disse o senador.

Em relação ao surto de sarampo no estado de São Paulo, o senador afirmou que o Ministério da Saúde repassou 1,4 milhão de doses da vacina anti-sarampo e um milhão da tríplice viral (contra sarampo, cachumba e rubéola) para vacinação no próximo dia 21.



Casildo Maldaner

Maldaner apela a FHC por mais verba para Saúde

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) fez apelo ao presidente da República para que determine a liberação de mais recursos para a Saúde, "sob pena de que sejam sacrificados importantes programas nessa área".

Ele destacou a importância de se garantirem os meios necessários para os trabalhos desenvolvidos pela Fiocruz e outros institutos de pesquisa, como o Centro de Desenvolvimento Biotecnológico (CDB), de Joinville (SC).

Segundo o senador, o CDB vai coordenar todo o gerenciamento técnico, científico e operacional da produção de vacina contra a hepatite B e outros remédios imunobiológicos, "evitando, assim, a importação e trazendo grande economia de divisas para o país".

Casildo Maldaner alertou para a necessidade de as autoridades federais, ao fazerem licitação de qualquer vacina ou medicamento, exigirem uma contrapartida para testes. "Trata-se, em verdade, de mais uma medida preventiva para que não fiquemos expostos à nossa própria sorte", afirmou o senador.

Suplicy destaca importância de congresso em Brasília sobre a síndrome de Down

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) registrou ontem a importância do II Congresso Brasileiro sobre a Síndrome de Down, que está sendo realizado em Brasília até amanhã, em conjunto com o I Encontro Latino-Americano sobre o assunto.

Segundo o senador, o encontro reúne especialistas interessados na integração social dos afetados pela síndrome e deficientes, que participam de inúmeras atividades educacionais e lúdicas, como dança, teatro e capoeira. A esse respeito, ele destacou as discus-



Eduardo Suplicy

sões que estão sendo realizadas sobre o tema *Da segregação à integração - um processo de construção da cidadania*.

Suplicy leu o depoimento de Luciana de Siqueira Parisi, portadora de paralisia cerebral e representante da Associação de Parali-

sia Cerebral do Brasil junto ao Conselho Nacional de Saúde, sobre sua experiência com portadores de paralisia cerebral e de outros distúrbios mentais. Segundo o senador, Luciana entende que, "por total falta de informação, a sociedade brasileira sempre esteve habituada a rejeitar o portador de deficiência".

O artigo de Luciana, conforme o senador, está incluído no livro *A integração de pessoas com deficiência - Contribuições para uma reflexão sobre o tema*, de Maria Teresa Eglér Mantoan e outros colaboradores.

João Rocha agilizará fiscalização do Orçamento

Presidente acredita na modernização para controlar despesas em conjunto com a Comissão Mista de Orçamento e o TCU. Subcomissão para obras inacabadas também será criada

A Comissão de Fiscalização e Controle aprovou ontem a proposta de seu presidente, senador João Rocha (PFL-TO), para modernizar e tornar mais ágeis os trabalhos. Ele disse que a comissão já adquiriu experiência para dar um salto qualitativo nas suas atividades, introduzindo novos mecanismos de fiscalização e controle dos atos do governo.

João Rocha pretende dar ênfase ao acompanhamento da execução do Orçamento Geral da União, em conjunto com a Comissão Mista de Orçamento e com o Tribunal de Contas da União.

A proposta inclui, também, a criação de uma subcomissão para tratar das obras inacabadas, sob a responsabilidade do senador Carlos Wilson (PSDB-PE), e determina providências para a análise da dívida pública federal, além de outras que garantam maior participação do Senado nos processos de privatização.

A Comissão de Fiscalização e Controle aprovou, ainda, sugestões apresentadas pelos senadores Júlio Campos (PFL-MT) e Ernandes Amorim (PPB-RO).



João Rocha (E) diz aos senadores que é hora de dar um salto qualitativo nas atividades da comissão

Júlio Campos limita prazo de liquidação de órgãos públicos

Preocupado com a lentidão nas liquidações das entidades governamentais, o senador Júlio Campos (PFL-MT) apresentou projeto estabelecendo prazo máximo de dois anos para encerramento do processo de liquidação de órgão público. Pela proposta do senador, terminado este período o liquidante ou inventariante será exonerado e terá sua recondução proibida.

É também prevista, no ato de liquidação, a indicação do órgão que substituirá a entidade extinta, as-



Júlio Campos

sim como a destinação de pessoal ativo e inativo, acervo documental e técnico, equipamentos, instalações, bens móveis e imóveis e o estoque.

Segundo Júlio Campos, a

opinião pública tem estranhado e cobrado, "com toda razão", o fato de que, em alguns casos, o processo de liquidação de determinadas entidades se prolongue "por anos a fio". O objetivo da proposição, conforme seu autor, é estabelecer regras claras para impedir que alguns órgãos permaneçam, por longo período, "como um cadáver insepulto, com centenas e, às vezes, milhares de funcionários, prédios, veículos, acarretando despesas inexplicáveis".

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, GERALDO MELO, RONALDO CUNHA LIMA E ADEMIR ANDRADE

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo
4º Secretário: Lucidilo Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho -
 Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)
- Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - **Telefones:** (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - **Brasil - DF**

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - Domingos Mourão Neto

Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sergio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essucy

Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Veja no *Diário do Senado* a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.